

Ensino de Administração: Um Estudo da Trajetória Curricular de Cursos de Graduação

Autoria: Manuela Ramos da Silva, Tânia Fischer

Resumo

Este artigo versa sobre a trajetória curricular de cursos de graduação em administração, levando em consideração as alterações ocorridas na legislação. Para tanto, fez-se uma retrospectiva do ensino em administração, examinando os dispositivos legais que regulam os cursos de graduação, em três escolas na cidade de Salvador. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório. Fontes primárias e secundárias foram utilizadas na aquisição das informações; bem como análise documental e análise de conteúdo foram utilizadas para o tratamento dos dados. Os currículos da IES citadas foram analisados a partir dos seguintes pressupostos: a) Os currículos são alterados de forma a atender, preferencialmente, a aspectos legais em detrimento dos aspectos relacionados às metodologias propostas pelos estudos curriculares; b) As IES atribuem à legislação um caráter imobilizador e rígido que ela não possui; e c) Os currículos das IES no estado da Bahia são similares em seus desenhos e configurações.

A estrutura deste trabalho está dividida em: um breve panorama sobre ensino superior no Brasil, em particular do ensino de administração. Na segunda parte apresenta-se a revisão bibliográfica sobre a teoria curricular. Em seguida discutem-se as principais alterações na legislação dos cursos de graduação em administração. Por fim, apresenta-se a análise dos casos estudados.

Introdução

O ensino superior é um tema recorrente no cenário nacional. Como exemplos, podem-se citar as discussões sobre a Reforma Universitária em trâmite no Congresso Nacional e, mais recentemente, a divulgação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, bem como o debate sobre o novo desenho para as instituições de ensino superior, denominado de Universidade Nova, cujo objetivo é a flexibilização de currículos e a criação de novos modelos acadêmicos. Logo, as questões sobre currículo estão no centro das discussões atuais sobre a educação escolar, em especial no ensino superior. No caso da área de Administração, além dos reflexos e consequências vindos do cenário descrito, os últimos três anos foram agitados pelas seguidas alterações na legislação dos cursos de graduação. Diante das novas diretrizes curriculares que trazem no centro de suas principais alterações a flexibilidade e a possibilidade de inovação no currículo e no ensino de graduação, torna-se, portanto, um momento propício para reflexão sobre a formação do administrador, principalmente as questões relacionadas ao seu currículo.

O estudo do currículo pode ser conduzido por diferentes perspectivas, pois é um campo de conhecimento e prática derivado da articulação de disciplinas das grandes áreas das Ciências Sociais e das Ciências Socialmente Aplicáveis. O campo do currículo é constituído de múltiplas teorias, tais como teorias tradicionais, críticas e pós-críticas, e pós-modernas. Admite-se que as mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas espelham, também, mudanças ideológicas e olhares diferenciados em relação ao currículo.

Neste sentido este trabalho propõe-se a investigar a trajetória do currículo do curso de administração, descrevendo a trajetória de três IES no Estado da Bahia. Para tanto se faz necessário contextualizar os principais eventos que caracterizaram a evolução do ensino superior no Brasil, em particular o ensino de administração.

Ensino Superior e Ensino de Administração

A instalação do ensino superior no Brasil data de 1808 com a transmigração da corte portuguesa que então elevou a Colônia à condição de Reino, quando foram fundadas as primeiras escolas superiores. Porém, Sampaio (1991) observa que o ensino superior no Brasil só veio adquirir cunho universitário nos anos de 1930, em contraste com alguns países da América espanhola que, tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como

o México e o Peru. Segundo Serpa (1996 apud SIQUEIRA, 2001), a evolução do ensino superior no Brasil caracteriza-se pela sua tardia instalação, sua implantação a partir de grandes escolas profissionais e sua origem pública, como iniciativa do Estado.

Já início do ensino de administração ocorreu nos Estados Unidos ou na França. Ambos os países reivindicaram o início do curso de administração de negócios no final do século XIX. Acredita-se que tal fato ocorreu pela contemporaneidade dos primeiros autores a escrever e discutir questões relacionadas à administração, durante o desenvolvimento daquela época: Frederic Taylor (1845-1915), nos Estados Unidos e Henri Fayol (1841-1925) na França.

No Brasil a história dos cursos superiores de administração começa logo no início do século, simultaneamente com um longo processo de definição sobre quais as fronteiras do campo do saber administrativo. Durante mais de seis décadas, o ensino das ciências administrativas se confundiu com o das Ciências Econômicas, até a definição do currículo mínimo em 1966. Os primeiros cursos de administração no Brasil foram oferecidos pelas seguintes instituições: 1) Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN) em São Paulo, 1941; 2) Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP/FGV) Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1952; 3) Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, (FCE/UFMG, Belo Horizonte, 1952; 4) Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), em São Paulo, 1954; 5) Escola de Administração (EAUFBA), Salvador, 1959; 6) Faculdade de Economia e Administração (FEA/USP) em São Paulo, mas que, apesar de ter sido criada em 1946, só veio oferecer o curso de administração em 1963; 7) Instituto de Administração (UFRGS), Porto Alegre, 1966.

O ensino de administração no país teve suas raízes calçadas na administração pública. Esta influência é trazida desde o Brasil Império, afirma Fischer (1984). Além do direcionamento para administração pública, o ensino de administração foi fortemente influenciado pelo conhecimento produzido nos Estados Unidos.

No último decênio, os cursos de graduação em administração multiplicaram-se. No cadastro de Instituições de Educação Superior, no sítio do INEP, encontramos 148 cursos/habilitações, somente, no Estado da Bahia. Administração, ainda, é o curso com maior número de matrícula, segundo o Censo da Educação Superior 2005, com o total de 620.718 (Portal Educação Superior, 2006). Diante deste cenário torna-se relevante a preocupação com a organização e desenvolvimento curricular destes cursos, uma vez que os problemas acentuam-se na “razão direta de um maior grau de consciência da necessidade dos alunos como o futuro profissional e da inadequação das propostas curriculares” (FISCHER, 1980, p.2).

Mesmo depois de quase meio século da criação do curso de graduação em administração no Brasil, este ainda tem sido alvo, desde praticamente seu início, de críticas no que se refere à sua eficácia. Reconhece-se que, apesar de algumas mudanças ao longo destes anos, os atores envolvidos no processo de formar administradores estão insatisfeitos com o resultado alcançado pelos cursos de graduação (FISCHER, 1980; FLEURY, 1983; FISCHER, 1993; NICOLINI, 2000; SKORA e MENDES, 2001, FACHIN, 1989; MATTOS e BEZERRA, 1999).

Com relação à questão do currículo no campo da administração, particularmente, o curso de graduação, pode-se afirmar que, desde a implantação do seu primeiro currículo mínimo, em 1966, o tema vem sendo debatido por vários autores, sob diversas perspectivas (WAHRLICH, 1967; GUERREIRO *et al.*, 1967; CASTRO, 1974; OLIVEIRA, 1974; FLEURY, 1983; FISCHER, 1984 e 2003; ALVES *et al.*, 1988; BARBOSA e TEIXEIRA, 1989; FACHIN, 1989; LOVISON, 1992; COVRE, 1991; COMINI e LIMA, 1996; MATTOS e BEZERRA, 1999; NICOLINI, 2000, PAES DE PAULA, 2001).

Em concordância com os diversos autores que discutem o currículo dos cursos de graduação de administração, acredita-se que uma formação conveniente do administrador depende, entre outras coisas, de um currículo adequado. Segundo Fischer (1986), como pano de fundo dos problemas de ensino em administração, está à identificação da área como campo

do conhecimento e como matéria de ensino, o que ocasiona uma fragmentação do conteúdo, o qual se traduz em um rol de disciplinas agrupadas nos currículos sem critérios mais visíveis. Ou seja, os currículos não favorecem nem a instrumentalização para o exercício da profissão, nem uma visão pluralista de realidade que reconheça as contradições existentes na sociedade. Aí está um dos principais desafios a ser superado pelas escolas de administração.

Esse tema, também, é abordado por Castro (2001) num ensaio escrito com o objetivo de levantar algumas críticas à estrutura vigente dos cursos de administração e discutir questões centrais quanto à concepção dos cursos de graduação. Em suma, o autor faz a seguinte afirmação:

o problema dos currículos convencionais de administração é que as matérias com sólida espinha dorsal são vistas superficialmente nos primeiros anos e as matérias práticas ou aplicadas propriamente da administração não têm uma base teórica mais profunda que realmente ofereça os desafios e as calistênicas que educam os alunos (CASTRO, 2001, p.4).

Já Fleury (1983) discutiu os resultados de sua pesquisa com objetivo de detectar as semelhanças e as diferenças mais significativas entre os cursos de administração no Brasil e, assim, identificar as áreas mais críticas que necessitariam ser atacado prioritariamente, no caso de se dar início a um programa de melhoria no ensino de graduação. Essa pesquisa fez parte de um projeto maior realizado sob a inspiração da CAPES/MEC, o qual procurou analisar, também, as características mais importantes da função do administrador nas empresas brasileiras, com o fim de se comparar a situação das escolas, como ofertantes de mão-de-obra, com a realidade das empresas, como demandantes dessa mesma mão-de-obra.

A importância da referência da pesquisa de Fleury (1983), neste trabalho, deve-se à unidade de análise e ao objetivo da pesquisa, visto que o autor faz um estudo de casos sobre os cursos de graduação em administração no Brasil com objetivo de conhecer tais cursos, levando em consideração diversos aspectos, incluindo o currículo. Destaca-se que essa investigação se deu no ano de 1983, após 17 anos da primeira regulamentação do ensino de administração no Brasil. Dessa forma, considera-se relevante a realização do estudo ora proposto, já que investiga a trajetória curricular dos cursos de administração, em um dos estados da Federação, quando o ensino regulamentado completa 41 anos.

Estudos Curriculares e História do Currículo

Compreender os diferentes movimentos históricos que marcaram os estudos e o desenvolvimento do currículo como um campo de trabalho, no cenário educacional, permitirá entender a trajetória das escolas e dos cursos de administração.

Se partirmos da etimologia, currículo vem da palavra latina *Scurrere* que significa carreira, caminhada, jornada; contém, portanto a idéia de continuidade e de seqüência. É mérito de Goodson (2003) descrever, em um dos capítulos de sua obra, a etimologia, a epistemologia e o emergir do currículo. Apesar do contexto utilizado pelo autor ser a Inglaterra, nos serve de ponte para o entendimento sobre a origem, conceitualização e organização do currículo no discurso educacional. Goodson parte das idéias de autores clássicos e contemporâneos, a respeito do currículo, de “conteúdo apresentado para estudo”, passando pela definição do Oxford English Dictionary que relaciona currículo com uma seqüência de escolarização, até a constatação de Hamilton (1980 *apud* GOODSON, 2003) quanto a considerar que também tinha o “poder não só de determinar o que devia se processar na sala de aula, mas tinha o poder de diferenciar.” (p.33). Para Goodson (2003) isto significa que até mesmo as crianças que freqüentavam a mesma escola podiam ter acesso ao que representava “mundos” diferentes através dos currículos a elas destinados.

Terigi (1996, *apud* BERTICELLI, 2003) faz uma importante distinção, ao reportar à origem do currículo, segundo três enfoques de três autores diferentes. Diz, textualmente:

Se *curriculum* é ferramenta pedagógica de massificação da sociedade industrial

acharemos sua origem nos Estados Unidos, em meados do século, como a encontrada em Diaz Barriga, ou ainda um pouco antes, na década de 1920;

Se é um plano estruturado de estudos, expressamente referido como *curriculum*, podemos achá-lo pela primeira vez em alguma universidade européia, como propõe Hamilton;

Se é qualquer indicação do que se ensina, podemos chegar, como Marsh, a Platão e, talvez, até antes dele (TERIGI, 1996, *apud* BERTICELLI, 2003, p.163)

Essa distinção tem o mérito de contemplar o sentido de “origem” em sua multiplicidade de significados, pois se descreve três possibilidades de determinar a origem do currículo, sem descartar a possibilidade de tantas outras mais, na dependência de diferentes enfoques.

Sendo assim, a existência dos estudos curriculares é identificada, para fins deste trabalho, como a emergência deste como um campo profissional e especializado de estudos e pesquisas americanas, realizadas a partir dos anos vinte (MOREIRA, 1990; GOODSON, 2003; SILVA, 2004).

Segundo Moreira (1990) e Kliebard (1995 *apud* GESSER, 2002), este campo de atividade iniciou-se devido às mudanças sociais que emergiram com o advento da sociedade industrial e urbana da época. Sendo assim, pode-se afirmar que as mudanças provocadas pela Revolução Industrial no início do Século XIX trouxeram conseqüências, tanto na mudança da produção doméstica para a produção industrial, quanto, para a administração e a prática educacional. Um dos aspectos que favoreceram que o campo de estudo do currículo surgisse nos EUA foi a conexão entre o processo de industrialização e os movimentos imigratórios, intensificando a massificação da escolarização e impulsionando a racionalização do processo de construção, desenvolvimento e validação dos currículos escolares.

Faz surgir dois movimentos extremamente significativos, estimulados pela ciência, mas com propósitos diferentes. O primeiro deles constitui o currículo tecnicista de Bobbitt (1918) e o outro se configura pela educação progressiva de Dewey, nos anos 20. Silva (2004) argumenta que esses movimentos provocaram uma grande ruptura com o então modelo curricular, o currículo humanista, que se centrava nos clássicos gregos e latinos.

Entende-se que, para Bobbitt, a escola deveria funcionar da mesma forma que uma empresa comercial ou industrial, ou seja, que fosse capaz de especificar precisamente que resultados pretendiam obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los e formas de mensuração que permitissem saber com precisão se eles foram realmente alcançados. O movimento da educação progressista, representado, principalmente, por Dewey, também teve um grande impacto no campo do currículo. Schubert (1986 *apud* GESSER 2002) e Moreira (1990) pontuam que Dewey vê na escola uma sociedade em miniatura, ou seja, via a educação como a vida e não como preparação para vida futura. Segundo Moreira (1990), “a teoria curricular de Dewey revelou compromisso tanto com o crescimento individual como com o progresso social” (p.54).

A perspectiva tecnicista do currículo, contudo, permeou as ações dos gestores da educação e professores nos Estados Unidos e dessa forma, chegou a países, como o Brasil, o que significou a transferência e reprodução de modelos oriundos daquele contexto, para outros pressupostos e necessidades.

No campo do ensino em administração, é visível a influência norte-americana, tanto na concepção do currículo, como nos métodos de ensino e na formação dos professores. Sendo que esta realidade era hegemônica no início de sua implantação no Brasil, porém, atualmente este campo sofre, também, influência da França, Canadá, Japão dentre outros.

Considera-se, que tanto o modelo tecnocrático, de Bobbitt, quanto às idéias progressistas de Dewey, constituíam uma reação ao currículo clássico e humanista. Enquanto, que estes modelos tradicionais de currículo só iriam ser contestados, a partir dos anos 70, com as teorias críticas, com destaque para os autores Louis Althusser, Pierre Bourdieu e Jean-Claude; Jean Claude Forquim; Michael Young; Michael Appel e Henry Giroux.

Para Silva (2004), as teorias críticas sobre currículo, em contraposição às tradicionais, começam a colocar em questão os arranjos educacionais existentes. As teorias críticas são teorias de desconfiança, questionamentos e transformação social. Em contraste com as teorias tradicionais, o importante para as teorias críticas não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz. A questão central estaria no “por que”, revelando preocupações com as conexões entre saber, identidade do aprendiz e o poder. (SILVA, 2004; MOREIRA, 1990).

A perspectiva crítica da teoria curricular dividiu-se em duas correntes principais: o “movimento de reconceptualização”, originada nos Estados Unidos; representado aqui por Michael Apple e “nova sociologia da educação”, na Inglaterra, representado por Michael Young. Nesta fase os estudos em currículo assumiram um enfoque nitidamente sociológico.

O pensamento de Michael Apple está fortemente identificado com o início da crítica neomarxista às teorias tradicionais do currículo e ao papel ideológico do currículo. Para esse autor, o currículo pode ser visto em termos estruturais e relacionais, pois o currículo está estreitamente relacionado às estruturas econômicas e sociais mais amplas e não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos. A seleção que constitui o currículo é resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes, ou seja, a grande preocupação do autor é com as formas pelas quais certos conhecimentos são selecionados e considerados como legítimos, em detrimento de outros (APPLE, 1982).

Já Michael Young elegeu como tarefa imediata o delineamento das bases de uma “sociologia do currículo” que vai de encontro às categorias curriculares, pedagógicas e avaliativas utilizadas pela teoria educacional da época, conforme preconizava em sua principal obra, *Knowledge and control* (1971). Em outras palavras, a tarefa da “nova sociologia da educação” consistia em colocar essas categorias em questão, em mostrar o seu caráter histórico, social e arbitrário.

De forma geral, pode-se dizer que a “nova sociologia da educação” busca investigar as conexões, entre os princípios de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar e os princípios de distribuição dos recursos, econômicos e sociais mais amplos. Em suma, a questão básica da “nova sociologia da educação” se referia às conexões entre currículo e poder, entre a organização do conhecimento e a distribuição de poder (YOUNG, 2000).

O que nos parece claro é que a teorização crítica da educação não deixou de questionar o papel da escola no processo de reprodução cultural e social. É evidente que o currículo ocupa posição central nesse processo.

A partir da década de noventa as teorias pós-críticas incrementam os estudos no campo da teoria sobre currículo. As teorias pós-críticas ampliam, e ao mesmo tempo, modificam aquilo que as teorias críticas nos ensinaram. Há também um deslocamento na concepção do currículo para o conceito de discursivo em detrimento do conceito de ideologia por parte da sociedade, governo e dirigentes educacionais. As principais correntes da teoria pós-crítica discutem sobre questões ligadas ao multiculturalismo, aos estudos relações de gênero e a pedagogia feminista, a narrativa étnica e racial e os estudos culturais. No fim da primeira metade da década de 1990, a tentativa de compreensão da sociedade pós-industrial como produtora de bens simbólicos mais do que bens materiais, começa a alterar a ênfase contextual da estruturação dos currículos. Elementos novos passam a ser considerados na sua reestruturação, como multiplicidade e a multiculturalidade e seus inter-relacionamentos, produzindo híbridos culturais (LOPES; MACEDO, 2002).

A partir do resgate histórico do currículo, permite-se verificar que diferentes forças e eventos impulsionaram as diversas perspectivas teóricas. Para fins deste estudo, destaca-se a História do Currículo e das Disciplinas Escolares

O interesse pela história do currículo retorna à primeira fase da Nova Sociologia da Educação. Os estudos históricos do currículo surgiram como estratégia central para o enquadramento teórico dessa corrente. Dentre os autores que se dedicaram a esse propósito,

destaca-se o projeto investigativo de Ivor Goodson. A importância que tais estudos deram à análise do campo do currículo deve-se, segundo Rocha (2003), ao fato de que a perspectiva histórica desvelaria a arbitrariedade dos processos de seleção e da organização do conhecimento educacional e, mais particularmente, ao conhecimento escolar..

Para Pedra (1993), são muitas as formas de selecionar o conteúdo curricular; porém, o autor se preocupou em identificar dois níveis de mediação pelos quais a seleção do conhecimento se dá: o nível jurídico e o nível institucional. Para esse autor, a seleção de conteúdos curriculares é, sobretudo, um processo no qual múltiplas esferas (sociais e individuais) de mediações se inter cruzam, construindo e reconstruindo aqueles conteúdos, ou seja, é um “processo de negociações que se estabelecem no interior de uma determinada cultura”(idem, p.33).

Para definir o nível jurídico, o qual interessa para fins deste estudo, Pedra (1993) toma como exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo ao autor, a Lei 4.042/61 é uma síntese de trinta anos de debate entre dois projetos pedagógicos: o dos Pioneiros (Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo.) e dos Pensadores Católicos (Alceu de Amoroso Lima, Leonel Franca), os quais defendiam versões ideológicas antagônicas. Nessa Lei ficaram consagrados alguns dos ideais dos pensadores católicos, tanto quando dos pioneiros, e, ademais, foram incluídas (poucas) soluções providas de outros grupos de pressão que, em certos assuntos, ofereciam algumas inovações importantes.

Para Pedra, a forma jurídica assume “uma das formas empregadas em nossa sociedade para definir tipos de subjetividades, forma de saber e, em consequência, relações entre homens e a verdade” (FOUCAULT, 1980 *apud* PEDRA, 1993, p.33).

Apesar da importância dada à legislação na seleção dos conteúdos curriculares, Pedra (1993) e Rocha (2003) esclarecem que a seleção de conhecimentos não se esgota nos ordenamentos jurídicos, mas se estende na “tessitura do real”, da qual a própria legislação é uma parte. Na verdade, afirmam os autores, não se consegue ir demasiado longe se não se contrastam as declarações com as práticas efetivas no âmbito institucional. Rocha (2003) ainda acrescenta que “as leis, as normas, as regulamentações e os guias curriculares [...] são interpretados de diferentes formas, distanciando-se em muito da intenção de seus criadores” (p.28).

Sendo assim, se, por um lado, as estruturas jurídicas dimensionam e demarcam as amplitudes dos conhecimentos escolares, por outro lado, serão objeto de interpretação e reconstrução por aqueles que devem fazê-las funcionar. É nesse sentido que o estudo ora proposto investiga a trajetória curricular dos cursos de administração face às alterações propostas pela legislação, assumindo como pressuposto a similaridade de configurações e desenhos curriculares das instituições de ensino superior do Estado da Bahia.

Regulamentação do Ensino de Graduação em Administração

Para cumprir o objetivo geral deste estudo, sistematizaram-se as determinações legais indicadas nas regulamentações citadas acima, no intuito de identificar, na organização curricular de cada IES pesquisada as modificações ocorridas face às alterações na legislação. Para tanto, foram pesquisados os documentos considerados como mais significativos, ou seja, as resoluções e pareceres emitidos pelo Conselho Federal de Educação, denominado, em 1996, de Conselho Nacional de Educação.

O ensino de administração no Brasil, historicamente, passou por três momentos, quanto à sua regulação, marcados pelos currículos mínimo aprovados em 1966 e 1993, culminando com as Diretrizes Curriculares Nacionais homologadas em 2003.

O ensino de administração no Brasil encontra como precedente, para sua organização, a regulamentação da profissão de Técnico em Administração, através da Lei nº4.769/1965, que tornava o exercício da profissão privativo aqueles que possuíam a formação. Porém, a sua primeira regulamentação para os cursos de graduação data de 08 de julho de 1966, por meio de

uma resolução, não numerada, que fixou o mínimo conteúdo e duração do curso. Na época, apenas duas habilitações eram aceitas: administração hospitalar e comércio exterior. Esta resolução foi baseada no Parecer 307/66, relatado por Durmeval Trigueiro, que esclarece:

“as diretrizes do parecer se inspiram na análise das condições reais da administração no País e nos postulados que emanam da tal lei e da doutrina fixada na experiência nacional e internacional. Tivemos o cuidado de confrontar os currículos de todos os nossos cursos de administração e de ouvir os especialistas mais autorizados” (BRASIL, 1966).

O relator considerou que o currículo mínimo descrito nesta resolução deveria servir apenas como uma “espécie de cabedal sobre o qual o vivo dinamismo das escolas promove as mais diversas explorações, combinando livremente os seus elementos na formação de novos pontos de enfoque ou de novas disciplinas” (BRASIL, 1966a). O alerta indica a possibilidade de falta de criatividade e inovação na elaboração dos currículos por parte das IES. Essa preocupação foi reforçada pelo relator Newton Sucupira, em seu parecer 85/70 sobre as normas de aplicação do currículo mínimo, ao afirmar

“ o currículo mínimo será a matéria-prima a ser trabalhada pelo estabelecimento na organização currículo do curso, podendo ser complementada com outras matérias para atender as exigências de sua programação específica, particularidades regionais e a diferenças individuais dos alunos. A complementação deverá obedecer aos princípios de flexibilidade e sobriedade e guardar relação com a natureza e objetivos do curso, evitando-se os currículos enciclopédicos” (Brasil,1970).

O relator do parecer 307/66 esclarece que a enumeração que discrimina as matérias tem valor secundário. O que importa, antes de tudo, é fixar o sentido e os objetivos das ciências administrativas, largamente aclarados pelas suas origens e evolução (BRASIL, 1966a). Logo, caso as IES atendessem, somente, aos conteúdos fixados pelo currículo mínimo, corriam o risco de transformar os cursos em verdadeiras “fábrica de administradores”, conforme descreveu Nicolini (2000) em seu estudo.

Dessa forma, conheceram-se as razões e os mecanismos utilizados na concepção do primeiro currículo do curso de graduação em administração no Brasil o qual instruiu as escolas por quase trinta anos.

O currículo mínimo profissionalizante, aprovado em 1966, permaneceu vigente até 1993, quando sua reformulação foi aprovada pelo parecer 433/93, cujo relator foi o Prof. Clayrton Miranda Vieira. O principal objetivo da reformulação foi ajustar a formação de administrador aos “avanços das ciências e da tecnologia no estabelecimento de uma nova ordem”. Essa nova proposta curricular foi regulamentada pela Resolução nº 02/93.

Segundo, o referido relator a concepção de um currículo “há de ser de um conjunto solidário de matérias suficiente nucleares para atenderem, na sua fecundidade e segundo uma metodologia dinâmica, aos objetivos gerais e específicos trabalhado no currículo pleno”. Em outras palavras, implica ter no currículo mínimo um parceiro indicativo e não uma norma limitativa e inibidora.

O Prof. Clayrton Miranda Vieira defendeu, mais uma vez, a “liberdade criadora em torno das disciplinas” e afirmou que as escolas raramente a exercitam. Tanto Prof. Durmeval quanto o Prof. Layrton Borges de Miranda Vieira relegam a um segundo plano o rol de matérias e propõem ênfase na metodologia do ensino.

Berndt (1996) completa que com base nos dispositivos legais descritos é possível a “criação de currículos em número igual ao dos cursos [...]” (p.60). “O problema essencial é criar uma arquitetura curricular como uma lista de matérias ou tópicos serem atingidos, numa visão empobrecida que, usualmente tem limitado e inibido a autonomia e a criatividade da escola na formulação e implementação de sua proposta pedagógica”(p.60).

Em sua análise comparativa dos currículos mínimos instituídos em 1996 e 1993, Berndt (1996) afirma que em ambos os currículos não se estabeleceu qualquer restrição ao número de horas/aulas por matéria em distribuição destas durante o período letivo.

Nicolini (2000) acredita que outra alteração no currículo de 1993 merece destaque, qual seja, a tentativa de mudança na ênfase da formação. Se, na primeira regulamentação do ensino, a opção foi pela formação tecnicista, a resolução 02/93 tenta fazer a opção por uma formação mais próxima da generalista (NICOLINI, 2000).

Porém, este trabalho conclui que o currículo fixado em 1966, apesar de normatizar o que seria o conteúdo mínimo para a formação do administrador, não possuía um caráter tecnicista, pelas razões e motivos expostos nos parágrafos anteriores. Já com relação à resolução 02/93, foi a regulamentação que mais contribuiu para a formação específica do administrador, quando deu às instituições possibilidade de criar habilitações. A ênfase efetiva por uma formação generalista só poderá ser observada, de maneira clara e explícita, nas Diretrizes Curriculares

Dessa forma, podemos concluir, previamente, que a primeira regulamentação do ensino de administração não apresenta a rigidez e o engessamento entendidos pela maioria das instituições quando da elaboração de seus currículos ou projetos pedagógicos. Ao contrário as instituições gozavam de liberdade que não souberam exercitar (BRASIL, 1966a)

Diante da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) todos os cursos de graduação passam ser conduzidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme princípios determinados no Parecer 776/97. Editada em 20 de dezembro de 1996, a LDB, estabeleceu o fim da vinculação entre formação e exercício profissional, determinando que os diplomas constituam-se apenas em prova da formação recebida por seus titulares. Liberado o ensino da exigência de formação obrigatória do profissional, a nova LDB aponta no sentido de assegurar maior flexibilidade e diversidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade, tanto da formação prévia, como das expectativas e dos interesses dos alunos.

Porém, foi somente em fevereiro de 2004, baseado no Parecer 134/2003, que o Conselho Nacional de Educação aprova as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em administração, instituídas por meio da Resolução nº 01/2004, tendo em vista as diretrizes e princípios fixados pelos pareceres CES/CNE 776/97 e 583/2001.

As diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em administração, segundo o parecer em tela, devem refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho a cada momento exigido pela sociedade, nessa “heterogeneidade das mudanças sociais” sempre acompanhadas de novas e mais sofisticadas tecnologias, a exigir contínuas revisões do projeto pedagógico de um curso para que ele se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes (BRASIL, 2003b).

Com relação ao currículo, essa regulamentação orienta a sua organização por meio de conteúdos curriculares. Tais conteúdos devem revelar “interconexões com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação” (BRASIL, 2004, p.2):

Esse foi um momento para revisão, análise e implementação de um Projeto Pedagógico que viesse assegurar melhores níveis de qualidade, de legitimidade e de competitividade. Entendeu-se tal processo como uma oportunidade de os cursos de graduação em Administração não ficarem atrelados aos padrões burocráticos

Apresentação e Análise dos Resultados

Diante da discussão proposta até aqui, pode-se questionar: qual a trajetória dos currículos dos cursos de administração diante das mudanças na legislação? Qual o papel das teorias curriculares nas instituições de ensino superior? Estas foram questões orientadoras que permitiram investigar as IES a partir dos pressupostos assumidos neste trabalho

Após o breve histórico das questões mais recorrentes quanto à formação do administrador e à contribuição dos estudos curriculares, realizados nas sessões anteriores, e à sistematização dos principais dispositivos legais do curso de graduação em administração, passa-se para a caracterização e a descrição-analítica das escolas de administração, escolhidas como casos ilustrativos deste trabalho, diante desse contexto. Os casos pesquisados foram os cursos de administração da: Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Católica de Salvador - UCSAL e Faculdade Ruy Barbosa - FRB, portanto foram investigadas instituições de ensino superior de caráter público, confessional e privado, respectivamente.

A opção por escolas situadas no estado da Bahia tem relação direta com a importância desse Estado na trajetória do ensino de administração no Brasil, bem como sua posição de vanguarda neste cenário. O estado da Bahia, juntamente com Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul foram considerados, por Fischer (1984), como pólos de irradiação do ensino de administração, representados pelas suas respectivas escolas: Escola de Administração - EAUFBA, Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP/FGV e Escola de Administração - UFRGS.

Na UFBA o curso de administração foi instalado em 1959, sendo a primeira instituição de ensino superior a oferecer este curso no Estado da Bahia. O processo de implantação da Escola de Administração da UFBA foi fortemente influenciado pelo ideário desenvolvimentista instalado no Brasil pelo Governo Getúlio Vargas, bem como pela importação do modelo de ensino americano, decorrente, principalmente, de sua inserção no PBA-1 (FISCHER,1984). Já em 1959, foram convocados os alunos que cursariam o curso de graduação - bacharelado – em Administração de Empresas e Administração Pública. Os estudantes cursariam, inicialmente, as disciplinas de um “tronco comum” – espécie de ciclo básico, até que os mestres de disciplinas profissionalizantes retornassem, a partir de 1962, de suas bolsas no Exterior. As aulas começaram a ser ministradas em 1960.

Como ainda não havia regulamentação para os cursos de graduação em administração nesta época, logo se conclui que houve uma transferência do modelo de ensino americano para o Brasil, assim como ocorrera nas primeiras escolas da FGVs. Neste período a EAUFBA, ainda, superou o movimento que defendia como a alternativa institucional a fusão dos cursos de economia, ciências contábeis e administração.

Quanto às alterações curriculares encontraram-se registros que a EAUFBA redefiniu, pela primeira vez, a sua estrutura curricular em 1993, ou seja, depois de 34 anos da sua criação. Este novo currículo extinguiu a formação de administradores públicos ou de empresas, para formar bacharéis em administração. De acordo, com o projeto de reestruturação curricular procurou-se dá “uma visão abrangente ao estudante sem viesar para um dos campos e, ainda buscou possibilitar ao aluno uma verticalização do seu estudo em áreas do conhecimento administrativo para as quais se identificasse”(EAUFBA,1998).

Após 02 anos da nova estrutura implantada, a EAUBA, iniciou um processo de avaliação do funcionamento do curso, cujo objetivo foi “identificar dificuldades ou entraves, que porventura, estivessem a impossibilitar o alcance da formação desejada” (p.1). Em meio a esse processo de discussão na EAUFBA, o MEC convocou as IES a proporem as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação. A EAUFBA novamente se abre para discussão das qualidades necessárias aos profissionais e o conteúdo do curso, agora com a comunidade externa a escola, chegando ao seguinte perfil desejado do formando: formação pluralista, eclética e crítica, possibilitando-os atuar como: a)gestores de organizações: privadas, governamentais e/ou não governamentais – sejam elas industrias, comerciais e /ou de serviços, e de todos os portes: pequenas, médias ou grandes; b) empreendedores : com criatividade e flexibilidade para novas ideais, que lhes permita atuar numa realidade em constante modificações; e c) pesquisadores: com capacidade de desenvolver projetos e estudos voltados para o atendimento das demandas sociais na área de gestão (EAUFBA,1998, p.2).

Dessa forma, estava se delineando mais um projeto de reestruturação curricular, a ser

encaminhado para os órgãos competentes, em 1998, com a principal preocupação de oferecer “um curso enxuto, com estrutura de funcionamento de fácil entendimento e de praticidade,”(p.5). Vale ressaltar que apesar do MEC estar para firmar as diretrizes curriculares, a projeto de reforma foi elaborado em atendimento à resolução 02/93.

No projeto elaborado para fins desta reestruturação, encontrou-se o conceito de currículo adotado pela instituição: “conjunto de disciplinas destinadas à formação universitária do estudante, habilitando-o à obtenção de grau acadêmico e ao exercício profissional; e adequando-o as necessidades da sociedade.” (p.26)

Além de uma visão reduzida do conceito de currículo, e conseqüentemente da sua prática esta idéia está ultrapassada diante da nova LDB/96 que extinguiu o vínculo entre o ensino superior e o exercício profissional, conforme o seu Artigo 48: “os diplomas de curso superior reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida pelo titular”

Já o curso da UCSAL foi criado em 1970 na onda dos programas de reforma administrativa e de industrialização no estado. Portanto, considerando a necessidade de formar pessoal de nível superior na área de administração, capacitado para atender às demandas decorrentes do crescente surto de desenvolvimento econômico do estado, a UCSAL através do ato do seu reitor, monsenhor Eugênio de Andrade Viega, em 10/06/70, instalou o curso de graduação em administração, que veio efetivamente se somar ao único curso de administração existente na época no estado, o da UFBA.

A elaboração do projeto do curso e sua efetiva implantação ficaram a cargo de um grupo de três professores oriundos da Escola de Administração da UFBA, constituindo, assim, a primeira diretoria da Escola de Administração da UCSAL. Dentre as atividades estavam o recrutamento do corpo docente e a realização do vestibular dos discentes ingressos em 1970 (Matta, 1995).

Quanto a sua organização curricular registram-se duas importantes alterações, a primeira em 1995 e a segunda, em 1999. A reformulação 1995 objetivou atender a resolução 02/93, e preparar um profissional como uma visão sistêmica e integral da realidade, enquanto a de 1999 utilizou como base a idéia de Empregabilidade e Empreendedorismo (UCSAL, 1998)

De uma maneira ou de outra, a Escola de Administração da UCSAL reconheceu que

“os cursos de administração deviam abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informação, passando a orientar-se, de um lado, para formar sólidas competências na medida deste nível de ensino, e por outro lado, na medida da educação permanente. Preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional”(UCSAL, 1998).

Dessa forma, em 1998, a Escola de Administração de Empresas, juntamente com diversos cursos da Universidade, participou dos “Seminários sobre Diretrizes Curriculares” e sobre uma proposta de graduação para a UCSAL. Como resultado, a escola reelaborou o perfil do administrador que desejava formar, bem como suas competências e habilidades básicas, os conteúdos básicos e profissionalizantes. A montagem da proposta pedagógica para o Curso de Administração tem agora como questão central os conceitos de Empregabilidade e Empreendedorismo (UCSAL, 1998).

De acordo, com esta proposta o perfil almejado para o graduado em administração pela UCSAL tornou-se “agente de sócio-econômico criador de organizações produtivas, não só do ponto de vista de produtos/serviço, como também de mercados ou clientes potenciais.” (UCSAL, 1998). Sua característica principal será a capacidade de concretizar um conjunto de idéias num empreendimento viável. O egresso do curso de administração também assumiu um papel como agente de mudanças no meio social onde atua.

Apesar do Projeto Pedagógico não ser uma novidade instituída pela LDB, embora sua

obrigatoriedade esteja mais explícita nesta lei, encontrou-se este documento apenas na Escola de Administração da UCSAL. Elaborado em 2004, o projeto pedagógico do curso de administração consolida a trajetória do curso.

Bem mais nova que as outras instituições de ensino pesquisadas, a FRB foi fundada em 1989, com os cursos de Administração e Tecnologia em Processamento de Dados. O compromisso assumido pela FRB é de formar profissionais capazes de interagir criticamente numa sociedade marcada por constantes transformações. “A instituição tem formado indivíduos competentes, empreendedores e críticos, valorizando os aspectos humanísticos da atividade profissional” (Portal FRB).

Quanto à motivação para criação do curso de administração, os professores Nelson Filhoⁱ e Luis Marquesⁱⁱ elencaram alguns aspectos que consideram relevantes para a constituição deste curso: a) estratégia de mercado, diante da existência de poucas escolas privadas instaladas em Salvador na época; b) ofertar um curso que pudesse contribuir com a sociedade geral, e baiana em particular; c) afinidade e conjunto de competência das pessoas que faziam parte do grupo de fundadores da instituição.

O Curso de Administração foi autorizado a funcionar (no turno noturno) pelo decreto federal 97.730/89, tendo o seu primeiro vestibular em 1990 e sua primeira turma de formandos em 1994, quando o curso foi reconhecido pela portaria 1.804/94. O primeiro currículo do curso foi elaborado com base no Parecer 307/66. Este fato demonstra como tardiamente a área de administração procedeu a atualização à sua legislação.

O curso da FRB foi concebido com o objetivo de “atribuir à formação do administrador um padrão de excelência que permita distinguir o profissional dos seus cursos no mercado de trabalho”. (Faculdade Ruy Barbosa, 1994, p.8) Em 1995 o curso de Administração da FRB promoveu a primeira alteração decorrente da resolução 02/1993. Já em 2004, a Faculdade Ruy Barbosa realizou uma “reavaliação e adequação” na sua estrutura curricular para atender em parte as orientações das diretrizes curriculares. Na verdade, segundo o Prof. Luis Marques, que era coordenador do curso na época, “*as diretrizes amparavam muito mais do que pressionavam a FRB. Traduzo com um processo natural. Mudamos porque era necessário mudar.*”

A FRB assume como o perfil desejado do formando o mesmo descrito na nova regulamentação:

“O curso de Administração deve ensejar condições para que o bacharel em Administração esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento no seu conjunto, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como a desenvolver o alto gerenciamento e a assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador (Brasil, 2003).

A FRB fez uma tentativa de organizar os conteúdos curriculares de acordo com a legislação ora em tela, ou seja, Conteúdos de Formação Básica, de Formação Profissional, de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias e de Formação Complementar (FRB, 2004).

Reconhecendo os limites da pesquisa passaremos a descrever a trajetória das instituições de ensino pesquisadas, o estudo partiu de três pressupostos que conduziram o trabalho

O primeiro pressuposto se referia ao atendimento, pelas IES, dos aspectos legais, em detrimento dos aspectos metodológicos ligados aos estudos curriculares, no momento de procederem às alterações e reformas curriculares.

De certa maneira, todas as escolas confirmaram esse pressuposto. Pode-se afirmar que a Faculdade Ruy Barbosa é a instituição mais próxima dessa ação, uma vez que as duas reformas foram realizadas no período determinado pela regulamentação. O curso foi criado em 1989, baseado no parecer 307/66; realizou a sua primeira reforma em 1995, em atendimento à Resolução 02/93; e, em 2004, adequou-se às diretrizes curriculares. Por outro lado, não se

encontrou indícios de debates, promoção de seminários ou qualquer outro espaço destinado a discutir a teoria curricular, desenhos curriculares, elaboração de projeto pedagógico, perfil profissional etc. Acredita-se que a fiscalização mais intensa nas faculdades privadas provoca tal fenômeno, ou seja, o atendimento irrestrito a regulamentação.

Já UCSAL, além do atendimento a legislação nas reformas ocorridas em 1995, 1998 e 2004 também se criou espaços para se discutir questões filosóficas e epistemológicas do processo de educação, ensino e aprendizagem, incluindo questões ligadas à concepção de currículos. Das IES pesquisada, a UCSAL foi instituição de ensino que de maneira antecipada, iniciou a discussão sobre as Diretrizes Curriculares, bem com a elaboração dos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação.

Enquanto isto a Escola de Administração da UFBA realizava a sua primeira reforma em 1993 com o simples objetivo de separar os currículos de administração pública e administração e de empresas. E a segunda reforma promovida em 1998 teve com referência a Resolução 02/93, enquanto que neste período MEC já convocara as IES para discutir as Diretrizes Curriculares. Essa defasagem pode ser alvo de comparação com outras instituições de ensino, a exemplo da UCSAL que no mesmo período já incluía as diretrizes curriculares em seu projeto pedagógico. Logo, conclui-se a universidade pública apesar de não ser o alvo constante de fiscalização também não possui posição de vanguarda nas inovações e alterações curriculares. Também não há indícios de espaço para debates e construção das propostas curriculares.

No ano de 2006 a EAUFBA tenta acompanhar as orientações do CNE, através das resoluções 01/2004 e 04/2005, sendo proposta uma nova organização curricular para o curso, muito próxima da idéia do primeiro currículo uma formação mais geral nos três primeiros anos e uma área de concentração no último ano, porém o título continuará bacharel em administração. Este processo de reestruturação ainda está em andamento. O que vale ressaltar é que mais uma vez a EAUFBA se volta tardiamente para as orientações do Ministério da Educação.

Diante da pesquisa documental e bibliográfica, não se comprova o caráter imobilizador e rígido que as IES atribuem à legislação; e uma vez assumido esse pressuposto, as IES obtêm uma análise limitada e superficial das diretrizes legais.

Esta idéia está intimamente ligada ao debate sobre a definição do “currículo mínimo” vigente deste a primeira regulamentação do curso até a instituição das diretrizes curriculares. O consenso dominante é que estas regulamentações continham orientações rígidas e detalhadas sobre a concepção dos currículos. Porém, a análise nos documentos que oficializaram estas orientações encontrou-se um cenário diferente.

O parecer do currículo mínimo instituído em 66, não poderia ser mais claro ao afirmar “com a liberdade que lhes é atribuída aqui, as escolas poderão ministrar as matérias do currículo mínimo com diferentes dosagens de tempo e de acento quanto aos objetivos, assim como organizar cursos ou seminários de aplicação mais restrita ou especializada”(Brasil, 1966, p.41). Em complemento encontramos o trecho “afinal de contas, o currículo mínimo é um cabedal sobre o qual o vivo dinamismo das escolas promove as mais diversas explorações, combinando livremente os seus elementos na formação sucessiva de novos pontos de enfoque ou novas disciplinas” (p.43).

Apesar de esta regulamentação ter sido fortemente influenciada pelo ideário de desenvolvimento vigente no país na época, ela fez importantes considerações ao ensino administração. Isto pode ser observado quando o relator reconhece a carência de uma “perspectiva educacional (p.41)” dos especialistas em administração que foram ouvidos pela comissão que elaborou o currículo mínimo. Ao mesmo tempo que se percebe que foi ouvido um profissional com amplos conhecimentos sobre o papel e o significado do currículo, quando o conceito de currículo, o relatório não se limita, como acontece ainda hoje, entre muitos professores e especialistas em administração, a ver o currículo apenas com um conjunto de disciplinas selecionadas para atender uma dada formação.

Outro ponto que merece destaque no discurso do relator é que apesar de justificar e aceitar a influência americana, procura demonstrar, por outro lado, que ela deve ser admitida revestida de certas precauções, ao temer correr risco, no caso do curso de administração, “de fixar-nos sobre hipóteses transportadas de fora para cá. As ciências psicossociais no currículo de administração, destinadas a vinculá-la às condições de cada país, passariam a ter efeito contrário se nos impusessem modelos inspirados com contextos diferentes do nosso”(p.48). Assim, o relator passa a defender o papel da pesquisa e a formação de um “repertório bibliográfico próprio” para impedir as “distorções que a assistência técnica e o material de informação de procedência estrangeiras, especialmente americana, seriam capazes de provocar em nosso país” (p.48).

Diante do exposto, faz-se crer que as instituições de ensino pesquisadas realmente realizaram uma interpretação, por um lado, superficial, quando não admitem que possuem a liberdade para criar e gerir as suas propostas curriculares; e, por outro lado, limitada, quando utilizaram os requisitos mínimos desejados na formação do administrador

Em síntese, o grande receio que permeava o ambiente acadêmico, na época da aprovação do currículo mínimo, era de que as escolas pudessem perder a oportunidade de introduzir inovações e não refletissem com profundidade necessária sobre o tipo de profissional que se desejava formar. Comini e Lima (1996) concluíram, em sua pesquisa, que as mudanças não foram radicais. De forma geral, segundo as autoras, faltou rigor, consistência e sistematização no processo de revisão curricular. A impressão que fica é que as instituições estão perdendo a chance de se diferenciar em termos.

Decorrente do atendimento irrestrito aos marcos regulatório, bem como uma análise superficial e limitada destes, leva-se **ao terceiro pressuposto desse trabalho: os currículos das IES no estado da Bahia são similares em seus desenhos e configurações**

A trajetória dos currículos apresentada neste trabalho mostrou a ausência de propostas inovadoras no ensino de graduação em administração. Isto pode ser demonstrado pelo desenho de fluxograma, como desenho curricular presente nos três cursos estudados ao longo do tempo. Pode-se definir fluxograma como uma representação simbólica, que descreve a seqüência das fases de um processo. Nas palavras de Nicolini (2000)

“pode-se comparar o currículo do curso à linha de montagem do automóvel; o universitário, ao aço que será moldado para formar o monobloco. As matérias, consideradas isoladamente, são as peças, e agrupadas, constituem os sistemas do veículo. Assim, espera-se que o aluno progrida no fluxograma onde está representado o currículo, e vá agregando as partes necessárias à sua formação” (p.39)

Este desenho limita, por exemplo, um tratamento interdisciplinar de alguns problemas organizacionais complexos, bem como o ensino integrado defendido por Fischer (1977)

Considerações Finais

Este trabalho não teve a pretensão de resgatar a história dos cursos de administração da UFBA, UCSAL e FRB em todas as suas dimensões, mas apresentar o peso que os aspectos legais, bem como os aspectos teóricos têm na construção da sua estrutura curricular. Esses elementos foram trazidos pela análise histórica da regulamentação do ensino de graduação e pela revisão teórica dos estudos curriculares.

As evidências coletadas ao longo da pesquisa, também, apontaram para a estreita relação das alterações curriculares promovidas pelas IES e a oficialização da regulamentação do ensino, em detrimento, na maioria dos casos, dos estudos e teorias ligadas à elaboração e construção do currículo.

Outra constatação deste estudo está relacionada com a natureza administrativa das IES, ou seja, as instituições estudadas se distinguem em sua trajetória curricular, devido à sua organização administrativa. Enquanto as escolas particulares “acusam” a rigidez da legislação do MEC para práticas educacionais mais inovadoras, a UFBA, apesar da pouca “pressão”

sofrida pelos órgãos reguladores não apresenta inovação e criatividade em seus currículos. Logo, conclui-se que as instituições públicas possuem maior liberdade que as instituições privadas frente aos dispositivos legais, ao mesmo tempo que se espera daquelas mais inovações nas questões ligadas ao currículo.

A trajetória dos currículos apresentada neste trabalho mostrou a ausência de propostas inovadoras no ensino de graduação em administração. Isto pode ser demonstrado pelo desenho de um fluxograma presente nos três cursos estudados, ao longo do tempo. Dessa forma, pode-se afirmar que os desenhos curriculares da IES estudadas são inspirados nas idéias dos teóricos ligados à corrente tradicional, no campo dos estudos curriculares. Conforme definido por Bobbitt “a questão do currículo se transforma numa questão de organização. O currículo é simplesmente uma mecânica”

Tendo em vista os objetivos e os limites deste trabalho, o referencial teórico adotado mostrou-se, em certa medida, desconectado da prática institucional e curricular das instituições pesquisadas. Em suma, embora os estudos curriculares tenham a sua trajetória e evolução ao longo da história, bem como no contexto educacional atual, estes não são utilizados nas Escolas, principalmente nas de administração. Como já nos lembrou Moreira (1998) e Pedra (1993), há um grande distanciamento entre o que efetivamente vem acontecendo nas escolas e as produções teóricas sobre currículo pela academia.

Referências

- ALVES, Maria Ângela Collier Perruci *et al.* Dilemas e contradições do ensino de administração: o caso da UFPE. In Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 12, 1988, Natal. **Anais ...** Rio Grande do Norte: ANPAD, 1988
- APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- BARBOSA, Jenny Dantas; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Formação de administradores: uma análise sob perspectiva do mercado de trabalho. In Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 13, 1989, Belo Horizonte. **Anais...** Minas Gerais: ANPAD, 1989.
- BERNDT, Alexander. Qual o sentido do currículo mínimo. In Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 20., 1996, Angra dos Reis. **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1996.
- BERTICELLI, Ireno Antonio. Currículo: tendências e filosofia. In: COSTA, Maria Vorraber (org). **O Currículo nos limiões do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura. **Parecer 306/66, de 8 de julho de 1966**. Brasília, D.O., 1966a
- BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura. **Resolução S/N, de 8 de julho de 1966**. Brasília, D.O., 1966b
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parecer n.º 433/93, de 5 de agosto de 1993**. Brasília, D.O., 1993a.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Resolução n.º 02, de 4 de outubro de 1993**. Brasília, D.O., 1993b.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução n.º 04, de 13 de julho de 2005**. Brasília, D.O., 2005
- BRASIL, Resolução n.º 01, de 2 de fevereiro de 2004, Brasília, D.O., 2005.
- BRASIL. **Exposição de Motivos sobre a Reforma da Educação Superior**. Brasília. Casa Civil. 2006. Disponível em : < www.mec.gov.br >. Acesso em: 10 jan. 2006.
- BRASIL. **Parecer CFE 85/1970, de 02 de fevereiro de 1970**. Brasília, D.O., 1970
- BRASIL. **Parecer CNE/CES 583/2001, de 04 de abril de 2001**. Brasília, D.O., 2001.
- CASTRO. Cláudio de Moura. O ensino de administração por um principiante. Ensaio. Revista Organizações e Sociedade, set/2003. Salvador. Bahia (Ensaio)

- _____.A profissionalização do administrador e o amadorismo dos cursos. **Revista de Administração de Empresas**, 14(2):59-66, mar./abr,1974. Rio de Janeiro
- CNE. Conselho Nacional de Educação. Desenvolvido pelo Ministério da Educação. Apresenta pareceres, resoluções e diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em 10 jan.2006
- COMINI, Grabiela Maria; LIMA, Manolita Correia. revisão curricular dos cursos de administração: balanço e desafios. In : Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração,20.,1996,Angra dos Reis.**Anais ...**Rio de Janeiro:ANPAD,1996
- COVRE, Maria de Lourdes. **A formação ideológica do administrador de empresas**. São Paulo: Ed.Cortez, 1991
- FACHIN, Roberto Costa. Transferência de tecnologia administrativa, o ensino de graduação em administração e o papel da pós-graduação. In Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração,13,1989. Belo Horizonte. **Anais ...** Minas Gerais:ANPAD,1989.
- FACULDADE RUY BARBOSA. **Parecer Conselho de Ensino n.015**, Salvador, 2004. 65 p.
- FACULDADE RUY BARBOSA. **Projeto de Reconhecimento do Curso de Administração**. Salvador,1994, 50 p.
- FACULDADE RUY BARBOSA. **Regimento Escolar Curso de Administração e Direito**. Salvador, 2002. 16 p.
- FACULDADE RUY BARBOSA.Desenvolvido pela Faculdade Ruy Barbosa, **Página Institucional**. Disponível em: www.frb.br. Acesso em 21 dez.2005
- FISCHER, Tânia. Alice através do espelho ou Macunaíma em Campus Papagalli ? Mapeando rotas de ensino dos estudos organizacionais no Brasil. **Revista Organizações e Sociedade**.v10.n.28 ago/dez,2003.Salvador.Bahia
- _____.Ensino de Administração: é urgente a mudança dos currículos ? **Boletim nº 1**. Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1980. Mimeo
- _____.**O Ensino de Administração Pública no Brasil, os idéias de desenvolvimento e as dimensões da racionalidade**.1984,322 f. Tese (doutorado em Administração) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FLEURY, Paulo Fernando. O ensino de graduação em administração no Brasil: um estudo de casos. **Revista de Administração de Empresas**. 23(4):29-42, out./dez.,1983,Rio de Janeiro.
- GESSER, Verônica. A evolução do currículo: dos primórdios à atualidade. **Contrapontos. Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí**. Ano.2, N.4, jan./abr,2002, Itapaí
- GOODSON, Ivor. F.Currículo: teoria e história.Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes,2003
- GUERREIRO, Bruno *et al*. Formação profissional do administrador. **Revista de Administração Pública**. v.2, 1967. Rio de Janeiro
- INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas**. Desenvolvido pelo Ministério da Educação. Apresenta levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 10 jan.2006.
- LOVISON, Ainda M. Preparando administradores para o século XXI: um desafio original. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração,16,1992. Canela. **Anais...** Rio Grande do Sul:ANPAD, 1992.
- MATTOS, Pedro Lincoln; CARVALHO, Eleonora. O currículo do curso de administração da UFPE: reparando seqüelas da reforma universitária. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração,17,1993.Salvador **Anais...** Bahia:ANPAD, 1993.
- _____; BEZERRA, Denílson Marques. Curso de graduação de administração: questões básicas para estruturação de currículo.**Revista Brasileira de Administração Pública e de Empresas**. Departamento de Administração da Universidade de Brasília, vol. V, n.2. segundo semestre, 1999.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas:Papirus, 1990.

- NICOLINI, Alexandre Mendes. A Graduação em Administração no Brasil: uma análise das políticas públicas. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- NUNES, Simone da Costa; FERRAZ, Dalini Marcolini. A reforma do ensino no Brasil e a inserção da noção de competências: um estudo empírico em instituições de educação superior. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 9, 2005. Brasília. **Anais...** Distrito Federal: ANPAD, 2005.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. Trangtenberg e a resistência da crítica : pesquisa e ensino na administração hoje. **Revista de Administração de Empresas**. 41(3): 77-81, jul./set., 2001, São Paulo.
- PEDRA, José Alberto. Currículo e conhecimento: níveis de seleção do conteúdo. **Em Aberto**. ano 12, n.58, abr./jun., 1993, Brasília.
- PEREIRA, Maria Cecília *et al.* Construção e reconstrução do currículo do ensino em administração: um estudo de caso. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 28, 2004. Paraná **Anais.....** Curitiba: ANPAD, 2004.
- ROCHA, Genylton Odilon Rego. A pesquisa sobre currículo no Brasil e história das disciplinas escolares. In: GONÇALVES, Luiz Alberto (org). **Currículo e políticas públicas**. São Paulo Ed. Autêntica, 2003.
- SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1809-1990**. São Paulo: NUPES/USP, Documentos de Trabalhos, n.8, 1991.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. Apresentação. In: GOODSON, Ivor. F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- SIQUEIRA, Domingos Sávio. **Estudo de avaliação da expansão de cursos de administração na região metropolitana de Salvador**. 2001. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SKORA, Cláudio Marlus; MENDES, Dayse. As coisas novas: porque TGA parou no tempo. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 25., 2001, Campinas. **Anais Eletrônicos...** Campinas: ANPAD, 2001
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. **Perfil do Curso de Administração de Empresas**. Salvador, 1998, 135p.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração de Empresas**. Salvador, 2004, 101p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Proposta de Ajuste à Estrutura Curricular do Curso de Administração**. Salvador, 1998.
- WAHRLICH, Beatriz. Formação em administração pública e de empresas: programas específicos ou integrados numa sociedade em desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**. v.2, 1967. Rio de Janeiro
- YOUNG, Michael. **O Currículo do futuro – da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado**. [tradução: Roberto Leal Ferreira]. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 2000.

ⁱ Depoimento Oral em 04 de abril de 2007

ⁱⁱ Depoimento Oral em 28 de abril de 2004